Saúde, meta de todos

MILTON MENEZES DA COSTA

A problemática do setor Saúde, principalmente no que tange ao seu custo crescente e à sua reduzida cobertura, vem sendo um grande desafio enfrentado por órgãos nacionais e internacionais.

A caótica realidade atual do Sistema Nacional de Saúde pode ser, em grande parte, justificada pela expansão e organização desordenada e não priorizada pelo Governo, configurando diferentes modelos de atendimento, precariamente articulados entre si, desinformados de seus objetivos sobre a saúde da população, com os recursos inadequadamente distribuídos e, sobretudo, mal gerenciados.

O sistema de Saúde, que vem sendo desenvolvido de maneira ineficaz, ineficiente e desorganizada, apresentando uma desarticulação total entre os órgãos prestadores de serviço transforma-se em justo alvo de críticas e condenações, tendo em vista que, além de não responder aos anseios imediatos da comunidade, no tocante à sua saúde, não proporciona, a longo prazo, a melhoria do nível de saúde dessa comunidade. Assim sendo, o que se despende para o setor é inadequadamente gasto, fazendo com que todo o sistema se torne desacreditado.

Grande enfoque técnico, financeiro, social e político vem sendo dado à manutenção do status quo da cura de doença, esquecendo-se da prevenção e abandonando-se completamente um dos principais fatores de desordem do setor que é a sua gerência inadequada, seja ela voltada aos aspectos da administração de unidades ou do próprio sistema em seus diversos níveis.

A preocupação sobre a crise carencial da assistência à saúde, com a possível necessidade de ampliação da rede de serviços e de seu quadro de pessoal, merece ser questionada quanto à sua prioridade entre as ações de que carece o setor. Pelos dados existentes da situação atual, em termos de saúde no País, a nosso ver, é necessária a adequada ocupação dos espaços assistenciais vazios

existentes, tornando-se, porém, muito mais urgente a racionalização da utilização das unidades instaladas, a articulação entre si e, principalmente, seu correto gerenciamento.

O setor Saúde lida com a vida, entretanto o sistema administrativo que o impulsiona deve ser encarado como empresa. Uma empresa que não visa ao lucro conseqüente da venda de produtos ou serviços, mas, sim, o lucro social que o indivíduo e a sociedade têm com a manutenção de sua saúde e a rápida e correta cura de patologias quando instaladas.

Podemos dizer, infelizmente, que, apesar de os indicadores de saúde dos brasileiros condizerem com os de países bem mais pobres que o nosso, pior ainda está a saúde administrativa do sistema, que nunca foi encarada pelo Governo com o profissionalismo de que necessita. Se doente permanecer a administração dos serviços, dificilmente poderá melhorar a saúde da população.

Os recursos destinados ao setor, as normas elaboradas para o seu funcionamento e os recursos humanos, mesmo que respondendo às necessidades apresentadas atualmente, em nada modificarão a qualidade de saúde, caso não se intervenha, de forma rápida e enérgica, no gerenciamento dos serviços e dos sistemas de Saúde em nível nacional.

Urgem medidas seguras e decisivas e estamos certos que o Ministério da Saúde, preocupado com os problemas abordados, está se preparando para desencadeá-las.

O Ministério da Saúde recebe hoje como herança um sistema com: a) inadequação dos serviços às reais necessidades; b) baixa produtividade dos recursos disponíveis; c) crescimento descontrolado dos custos; d) utilização de tecnologias desapropriadas; e) má distribuição pelo território nacional; f) recursos humanos não capacitados, principalmente no que diz respeito à gerência de estabelecimentos de saúde e sua escassa dedicação, assim como a ausência de planos de carreira que viabilizem sua permanência e seu aprimoramento; e h) recursos financeiros destinados ao setor aquém do necessário e distribu-

ídos de forma desigual às regiões brasileiras. Porém, acreditamos que tais problemas, enfrentados com determinação, apoio político e competência serão gradativamente transformados em coisas do passado.

Pelo que vem sendo divulgado e até o momento apresentado, podemos observar que a política de Saúde do atual governo, no que tange à organização do sistema, está pautada na definição do papel das instituições que participam do setor, por intermédio da reformulação legal, objetivando o término do paralelismo das ações prestadas pelas referidas instituições, convergindo, efetivamente, para um sistema único, regionalizado, hierarquizado e principalmente, descentralizado, mediante uma articulação programática entre todos os níveis institucionais, tanto do setor público, como do setor privado, cabendo, entretanto, ao Estado a responsabilidade de promover as condições necessárias para o adequado funcionamento do setor. Dessa forma, acreditamos que serão rejeitadas e combatidas todas as estratégias de reorientação do setor que acarretem cisão na distribuição da clientela entre subsistemas distintos, preservando, assim, o princípio da equidade advindo do direito da cidadania e da mesma ocorrendo com qualquer proposta que rompa com as medidas de descentralização a serem desenvolvidas.

Grande passo foi dado com a elaboração da Lei Orgânica da Saúde, que regula, em todo território nacional, as ações e serviços de saúde, normatizando a participação da União, estados e municípios, bem como do setor privado, cujo percentual de leitos no País chega a 80. Com as condições definidas para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, meio caminho está andado para que, associada às ações de capacitação de recursos gerenciais, possamos almejar o breve alcance da meta de todos: a saúde dos brasileiros.

Milton Menezes da Costa Neto, ex-secretário de Saúde do Distrito Federal, é médico-administrador em Saúde